

OS ARQUIVOS ECLESIAÍSTICOS E A ARQUIVÍSTICA BRASILEIRA: UMA ANÁLISE DOS ARTIGOS PUBLICADOS NOS PERIÓDICOS ARQUIVÍSTICOS BRASILEIROS

Natália Bolfarini Tognoli

Professora Doutora no curso de Arquivologia da UNESP

E-mail: nataliatognoli@marilia.unesp.br

Elane Rodrigues da Silva Ferreira

Bacharel em Biblioteconomia e Arquivologia pela UNESP

E-mail: naeanjo@hotmail.com

Resumo: Os arquivos eclesiásticos constituem um acervo valioso e imenso, registrando fatos e acontecimentos que vão além do interesse da Igreja enquanto instituição produtora de documentos, perpassando, também, os interesses da sociedade. Devido ao grande valor social, a documentação produzida pela Igreja Católica, embora de natureza privada, constitui-se em documentos de interesse público. Em que pese a importância desses arquivos para a sociedade, nota-se, no âmbito da literatura científica da Arquivística brasileira, uma carência de referências que tragam maiores explicações sobre o tema. Dessa forma, o presente trabalho tem como objetivo geral verificar como a literatura científica da Arquivística brasileira aborda o tema dos arquivos eclesiásticos. Para tanto, realizou-se uma pesquisa exploratória, teórica e documental de natureza quali-quantitativa em periódicos específicos da área. Foram selecionados 07 periódicos, com um recorte temporal de 35 anos, a saber: *Acervo, Arquivo & Administração; Agora; Informação Arquivística; Cenário Arquivístico; Archeion online* e; *Acesso Livre*, nos quais foram realizadas buscas nas seguintes áreas de conteúdo dos artigos: título, resumo e palavras-chave, buscando a ocorrência dos termos: *arquivos eclesiásticos, arquivos eclesiais, documentos eclesiásticos e documentos eclesiais*. Como resultado, observou-se que a temática recebe pouca atenção da comunidade científica da Arquivística no país, o que demonstra que a discussão sobre os estudos no âmbito dos arquivos eclesiásticos caminha a passos curtos, haja vista a quantidade limitada de produção bibliográfica sobre o tema no Brasil.

Palavras-chave: Arquivística. Arquivos Eclesiásticos. Documentos Eclesiásticos. Periódicos Científicos.



1 INTRODUÇÃO

Ao longo do tempo, a Igreja Católica vem consolidando a custódia de um rico e variado conjunto documental preservado nos chamados Arquivos Eclesiásticos. Os apontamentos deste trabalho buscam chamar a atenção da sociedade acadêmica para um necessário aprofundamento de olhar e incentivo de novos estudos voltados para esses documentos, uma vez que sua importância para a construção da memória de uma sociedade é, ainda, objeto de escassa discussão na área dos arquivos.

Os arquivos eclesiásticos são considerados de natureza privada, no entanto alguns documentos têm um grande valor social, podendo ser entendidos como de interesse público. Em que pese a importância desses arquivos para a sociedade, nota-se, no âmbito da literatura científica da arquivística brasileira, uma carência de referências que tragam maiores explicações sobre a temática em âmbito teórico e epistemológico.

Dessa forma, verificamos como a Arquivística brasileira tem abordado o tema dos arquivos eclesiásticos em sua produção científica (de 1980 a 2015). Para tanto, realizamos uma revisão de literatura sobre os arquivos eclesiásticos (o que são, suas tipologias) e um estudo bibliométrico que analisa as citações dos artigos que versam sobre os arquivos eclesiásticos, identificando: a) qual o periódico brasileiro específico de Arquivologia que mais se dedicou à publicação de artigos sobre a temática; b) quais os autores mais produtivos no tema a partir do levantamento nos periódicos brasileiros de Arquivologia; c) quais os autores mais citados sobre autoria única ou múltipla; e d) qual comportamento da literatura citada nas referências em relação ao tipo de fonte ou suporte bibliográfico.

É importante dizer que esse artigo apresenta alguns resultados do trabalho de Conclusão de Curso desenvolvido no âmbito da graduação em Arquivologia, na Universidade Estadual Paulista – UNESP.

A escolha pelo tema – arquivos eclesiásticos – se deu pela familiaridade de um dos autores com a documentação eclesiástica, devido à sua experiência profissional de 11 anos na Secretaria da paróquia de Santa Maria Madalena, no município de União dos Palmares – Alagoas. A riqueza da documentação em contraste à escassez de estudos sobre o tema no âmbito da Arquivologia brasileira nos motivou a realizar o estudo.

Acreditamos que o presente trabalho contribui para avaliar o comportamento da produção científica de Arquivologia, no tocante ao tema dos arquivos eclesiásticos.

2 A IGREJA CATÓLICA E OS ARQUIVOS

A Igreja Católica, ao longo de sua história, foi capaz de preservar um dos mais importantes conjuntos documentais já produzidos, que além de contar sua própria história, são também registros históricos da nação e do tempo nos quais se inserem.

A preocupação com a guarda dos documentos como prova de atividades e direitos esteve presente desde os primórdios da Igreja. A existência dos Arquivos Eclesiásticos é confirmada a partir de testemunhos encontrados sobre a conservação do patrimônio dos arquivos, como o primeiro grande arquivo no pontificado do Papa Dâmaso (366-384).

Latrão torna-se o centro administrativo e de governo da Igreja em Roma e o papel de direção e de unificação do papado romano se torna cada vez mais claro, sobretudo a partir do pontificado do papa Dâmaso (366-384), que será o primeiro a chamar de “Sé Apostólica” a Igreja de Roma. Atribui-se a este papa a transferência dos arquivos da Igreja de Latrão a um local preparado exclusivamente para aqueles, perto da nova Basílica de São Lourenço, em uma zona próxima ao Teatro de Pompeu (Santos, 2005, p. 45).

Já a existência dos documentos eclesiásticos como fontes documentais de origem pública em arquivos da Igreja, remonta ao período do reconhecimento do catolicismo como religião oficial por parte do Império Romano, saindo a Igreja Católica da clandestinidade com a criação de um estatuto jurídico próprio para a religião. A partir de então é atribuído lentamente o caráter de fé pública aos atos privados da Igreja; conseqüentemente, os arquivos da Igreja também passam a responder como instrumento de tutela de direitos e do ordenamento civil e eclesiástico (SANTOS, 2005).

Apesar de a Igreja se preocupar com a guarda de seus registros desde os primeiros momentos de sua fundação, foi somente a partir dos primeiros concílios provinciais e sínodos diocesanos, datados do século XIV, que a Igreja começa a prescrever inventários dos bens eclesiásticos. Com o Concílio de Trento¹ as leis gerais que normatizavam sobre a preservação dos arquivos eclesiásticos começaram a ser respeitadas. Para Abreu (2000a, p. 137) este pode ser considerado o verdadeiro ponto de partida das normas canônicas reguladoras dos arquivos eclesiásticos. Mesmo não tratando diretamente dos arquivos, ou de sua regulamentação específica, em algumas das suas disposições disciplinares podemos encontrar a carta fundacional de alguns arquivos eclesiásticos.

Ainda segundo Abreu (2000a), após o Trento tem-se o primeiro dos seis Concílios provinciais celebrados em Milão, em 1565, tendo como resultado uma Constituição com as primeiras legislações sistemáticas sobre os arquivos eclesiásticos. Dentre as recomendações, destaca-se a inventariação dos bens e direitos pertencentes a cada instituição, devendo ser compilado em duas vias, ficando uma conservada na instituição onde fora produzida e

¹ Reunião de Bispos realizada em Trento (Itália) de 1545 até 1563, proporcionando um esclarecimento da doutrina cristã diante da difusão da Reforma Protestante, propondo soluções para a vida espiritual e religiosa do povo cristão, em crise.

outra enviada ao Arquivo da Catedral que, caso não existisse, deveria ser criado. A Constituição estabeleceu também normas para a conservação dos arquivos.

Em 1588 é regulamentada a existência e funcionamento dos arquivos dos Estados Pontifícios, devendo-se criar arquivos públicos e gerais em todas as catedrais, mosteiros, abadias do Estado Eclesiástico. Nos anos que se seguiram, a Câmara Apostólica publicou os “Estatutos e Regulamentos dos arquivos eclesiásticos”, nos quais se expressa uma verdadeira política arquivística, dispendo sobre o registro das escrituras, sua inventariação, organização e conservação (ABREU, 2000a).

Destaca-se, aqui, a importância dada aos diplomas, documentos solenes mantidos pelas ordens religiosas nos séculos XVI e XVII, que eram constantemente consultados para fins de comprovação de propriedade de terras. Nessa época, disputas eram travadas dentro da Igreja a partir desses documentos, o que ficou conhecido como guerras diplomáticas (*bella diplomatica*). Neste contexto, a crítica dos documentos de arquivo desenvolveu-se com muito mais fervor nesse ambiente, em que ordens inteiras eram convidadas ao estudo crítico dos documentos preservados em seus arquivos (TOGNOLI, 2014).

Como consequência desse movimento e do uso desses documentos mantidos nos arquivos para fins prático-jurídicos, disciplinas foram criadas com o objetivo de verificar a autenticidade e/ou falsidade de documentos. Dentre elas, destaca-se, aqui, a Diplomática, disciplina enunciada primeiramente por Mabillon, monge beneditino francês que, em 1681, publicou um tratado em seis partes - *De re diplomatica libri VI* – no qual estabelecia as primeiras regras para a formulação de um método analítico-comparativo dos elementos dos documentos.

A disciplina desenvolve-se, em um primeiro momento, totalmente no seio dos arquivos eclesiásticos, uma vez que as ordens religiosas possuíam em seu domínio um dos mais ricos conjuntos documentais de interesse público e privado. Como exemplo, destaca-se o Arquivo da Ordem de Saint-Denis, na

França, que conservava os documentos autênticos e originais dos reis merovíngios e carolíngios, assim como os documentos eclesiásticos de importantes papas.

No século XVIII, o papa Bento XIII, conhecido como “papa arquivista” publica a Constituição *Maxima vigilantia* com o objetivo de estabelecer e fomentar o funcionamento dos arquivos diocesanos, estendendo as normas aos demais arquivos da Igreja. Abreu (2000a, p. 140) destaca duas importantes disposições nesse contexto:

[1] conta-se como obrigação primordial do arquivista a redacção de um inventário e de um catálogo de todas as escrituras conservadas no arquivo, os quais (inventário e catálogo) se redigirão em duplicado, conservando-se uma cópia no arquivo episcopal e outra no arquivo de origem; [2] preocupe-se o arquivista com a segurança e a integridade da documentação recolhida no arquivo, que continua ainda sendo «arquivo secreto». Por isso, manter-se-á fechado com duas chaves, prevenendo-se a excomunhão para quem dele tire documentos, ao mesmo tempo que se regulamenta o acesso à consulta dos fundos pelo pessoal da instituição proprietária (RUBIO MERINO, 1993, p. 153).

Os anos passam e às primeiras legislações aderem novas incorporações normativas em Constituições e a publicação, em 1917, do Código de Direito Canônico (CDC), buscando integrar as legislações e normativas dispersas em tantas Constituições. “Não se tratava de criar um novo direito, mas principalmente de ordenar de modo novo o direito vigente até àquele tempo” (CÓDIGO DE DIREITO CANÔNICO, 1983, p. XVI).

Especificamente no tocante ao tema dos arquivos, o código dedica aproximadamente vinte cânones, dentre os quais podemos destacar aqueles relativos à obrigação da instituição de um arquivo próprio nos principais institutos eclesiásticos; à responsabilidade das respectivas autoridades eclesiásticas pelos

arquivos; à segurança das instalações dos arquivos; à ordenação e organização dos arquivos (não sendo especificados os métodos empregados); ao tipo de documentação que deve ser mantida nos arquivos diocesanos, paroquiais, capitulares, confrarias ou fundações pias e mosteiros.

Em 1983 o CDC foi atualizado e novidades referentes aos arquivos foram incorporadas. Abreu (2000b, p. 212, grifo nosso) sistematiza as principais:

[...] uma delas é a referência explícita ao arquivo histórico diocesano (c. 491 § 2), que deve ser distinto do *administrativo* ou *corrente*. A figura deste 'arquivo histórico' era conhecida já antes do código pio-beneditino (o de 1917), mas não tinha encontrado referência nesse ordenamento jurídico [...] Relevante no novo código é também a distinção que se faz (c. 1540) entre documentos *públicos eclesiásticos* e os *documentos privados*. Por públicos entendem-se os dimanados por uma pessoa pública no exercício do seu múnus na Igreja, com observância das solenidades prescritas pelo direito. Estes documentos - lê-se no c. seguinte - fazem fé em tudo o que neles directa e principalmente se afirma.

A fim de mais bem ilustrar a estrutura da Igreja e os documentos por ela produzidos, segue um quadro de tipologias dos arquivos eclesiásticos, segundo o Código de Direito Canônico (CDC) de 1983:

Quadro 1- Tipologias dos arquivos eclesiásticos nos Códigos de Direito Canônico.

TIPOLOGIAS DE ARQUIVOS		CÓDIGO CANÔNICO 1983
DIOCESANO	Corrente	Um arquivo (ou cartório diocesano) deve ser instalado em todas as dioceses (cân. 486 § 2).
	Secreto	Deve existir em cada cúria diocesana um arquivo secreto, ou no mínimo um armário ou cofre para

		esse fim, com chave e que não possa ser removido do lugar (cân. 489 § 1).
	Histórico	Em toda diocese deverá existir um arquivo histórico (cân. 491 § 2º)
COLEGIADO		Atas referentes a eleições, conservadas no arquivo do colégio (cân. 173 § 4).
PAROQUIAL		Todos os documentos referentes à diocese ou às paróquias devem ser conservados com todo o cuidado (cân. 486 § 1).
DE FUNDAÇÕES PIAS		Cada fundação deve possuir um arquivo, onde se guardará, dentre outras tipologias, os registros de criação da mesma (cân. 1306 § 2º).
IGREJA CATEDRAL		Além de vigiar os documentos do arquivo da sua própria diocese, o bispo deve estar atento às atas e outros documentos oriundos dos arquivos das seguintes igrejas: catedrais [...] (cân. 491 § 1).
DE OUTRAS IGREJAS DO TERRITÓRIO		Além de vigiar os documentos do arquivo da sua própria diocese, o bispo deve estar atento às atas e outros documentos oriundos dos arquivos das seguintes igrejas: [...] paroquiais e outras existentes na sua jurisdição (cân. 491 § 1).

Fonte: Adaptação de SANTOS (2008, p.12), elaborado com base no Código de Direito Canônico de 1983.

Ainda, no que se refere ao CDC de 1983, encontram-se quinze tipos documentais arquivísticos custodiados pela Igreja². Seriam eles: 1) documentos e escrituras diocesanas; 2) registros de ordenações; 3) registros de fundações pias; 4) inventário de patrimônio diocesano; 5) direitos da Igreja; 6) livros de registros

² É importante esclarecer que a produção documental da Igreja vai além dos documentos destacados pelo CDC.

de celebração secreta de matrimônio; 7) registros de admoestações e repreensões aplicadas pelo ordinário; 8) resumos de ações penais e processos de natureza criminal; 9) assentos de batismos, de matrimônio, de confirmação e de óbitos; 10) inventário do patrimônio de outras instituições eclesiásticas; 11) correspondências; 12) registros de dedicação e bênção de igrejas e cemitérios; 13) atas de escrutínios; 14) documentos de investigação prévia de um delito (atas, decretos etc.) e; 15) documentos de natureza histórica (SANTOS, 2008).

O cuidado da Igreja Católica em estabelecer normas para o tratamento de seus arquivos desde o início de sua constituição nos permite destacá-la como uma das instituições que mais contribuíram para a constituição do que, mais tarde, seria a disciplina Arquivística - haja vista as disciplinas ligadas ao estudo dos documentos, como destacamos anteriormente, que nasceram no seio da Igreja, e as várias normas sobre o tratamento e organização dos acervos, publicadas em Constituições e no CDC.

Essa contribuição da Igreja para os arquivos em geral demonstra uma preocupação para além do valor primário dos documentos. Os arquivos eclesiásticos constituem-se em um instrumento mediante o qual a Igreja conserva a memória histórica da vivência da fé nas gerações passadas. Ao lado da palavra “arquivo”, supõe sempre uma fonte para remontar aos inícios e começos da fé cristã ou de cada uma das instituições eclesiásticas (MARCHISANO, 2000).

Ainda no que tange à legislação, destacamos que cada país prevê leis específicas sobre o tema dos arquivos eclesiásticos, respeitando o CDC e o Direito Eclesiástico. No Brasil, a Lei Brasileira de Arquivos (Lei nº. 8.159 de 08 de janeiro de 1991), contempla os arquivos eclesiásticos ou arquivos religiosos, definindo-os como o conjunto de documentos produzidos e recebidos por uma instituição religiosa, de natureza privada. Tais arquivos são conhecidos como detentores de fontes primárias religiosas e civis, e por contribuir para o processo de reconstrução histórica.

Os arquivos eclesiásticos ou religiosos podem ser chamados de arquivos sociais, uma vez que abrangem um grande número de documentos importantes, sobressaindo-se os religiosos, os notariais e os de movimentos e entidades políticas (BELLOTTO, 2006).

No tocante à legislação brasileira, os arquivos religiosos (em especial os da Igreja Católica), que datam do período anterior à Proclamação da República (1889), por conta do valor jurídico de seus registros, são reconhecidos como de interesse público e social. Isso se deve ao contexto de produção dos registros demográficos naquele tempo. Antes da República, o Brasil não contava com cartórios de registro civil, sendo o registro paroquial responsável pela produção de documentos como certidões de nascimento, casamento e óbitos da sociedade. Tais documentos eram dotados de fé pública, servindo para validar, testemunhar e comprovar tais ações.

Nesses espaços, não se encontram somente preservadas informações que relatam a memória da Igreja enquanto instituição, mas também há conservadas passagens da vida do povo brasileiro. Neste sentido, os arquivos privados eclesiásticos são considerados um bem cultural da Igreja e, ao mesmo tempo, de interesse público e social, especialmente no que toca à pesquisa científica (SILVA; BORGES, 2009, p. 38).

Após 1889, o país passa a contar com cartórios de registro civil, não sendo mais comum a produção dos registros demográficos pela Igreja.

Atenta-se, aqui, para a importância da documentação eclesiástica para além do valor primário para a Igreja, uma vez que, muitos documentos ali produzidos atingem valores probatórios e informativos (valores secundários), contando a história da sociedade na qual se insere a Igreja e suas estruturas.

A situação não foi diferente nos demais países de maioria religiosa católica. Na França, após a Revolução Francesa, não

apenas os documentos dos territórios conquistados foram confiscados, como também aqueles produzidos pela Igreja, como registros de propriedades de terras, por exemplo. Segundo Waché (2000) a presença de documentos eclesiásticos e religiosos nos arquivos públicos franceses remonta à própria intenção de criação desses arquivos que visava não apenas o recolhimento e disponibilização dos documentos referentes à vida civil da nação francesa, como também àqueles que se referiam às propriedades de bens e de territórios do clero e da nobreza, agora sob a posse do Estado Francês.

Observamos, portanto, que a Igreja, como qualquer outra instituição de natureza privada, produz documentos para registrar e executar as ações de suas atividades-meio e também de suas atividades-fim, compondo um rico acervo documental de interesse público. Dessa forma, um estudo sobre como a Arquivística brasileira trata essa questão em sua produção científica é extremamente relevante para área.

3 METODOLOGIA UTILIZADA NA PESQUISA

Buscamos nesse trabalho identificar o comportamento da literatura científica da Arquivística brasileira no tocante ao tema dos arquivos eclesiásticos. Para tanto, realizamos uma pesquisa exploratória e teórica, em fontes bibliográficas e uma pesquisa bibliométrica em periódicos específicos da área com foco na análise de citações dos artigos que versam sobre os arquivos eclesiásticos.

A bibliometria, enquanto método quantitativo de investigação da ciência, utiliza a análise de citações como uma de suas ferramentas, a fim de medir o impacto e a visibilidade de determinados autores dentro de uma comunidade científica, verificando quais “escolas” do pensamento vigoram dentro das mesmas. Além disso, a análise de citações possibilita a mensuração das fontes de informação utilizadas, como o tipo de documento,

o idioma e os periódicos mais citados. Utilizando estes indicadores, é possível saber como se dá a comunicação científica de uma área do conhecimento, obtendo-se, assim, um “mapeamento” da mesma, descobrindo teorias e metodologias consolidadas (VANZ; CAREGNATO, 2003, p. 251).

Optamos nesse trabalho por tratarmos apenas de periódicos específicos da área, uma vez que procuramos estabelecer especificamente como a Arquivística brasileira aborda essas questões em suas publicações científicas.

Sob essa óptica, foram selecionados 07 periódicos disponíveis inteiramente online, a saber: *Acervo*, *Arquivo & Administração*; *Ágora*; *Informação Arquivística*; *Cenário Arquivístico*; *Archeion online* e; *Acesso Livre*, com um recorte temporal de 35 anos (1980 a 2015). Após a seleção dos periódicos foram feitas buscas na área de conteúdo das revistas cujo escopo se deu nos títulos, resumos e palavras-chave dos artigos, buscando a ocorrência dos seguintes termos: **arquivos eclesiásticos, arquivos eclesiais, documentos eclesiásticos, documentos eclesiais.**

Após o levantamento, chegamos a um número de 16 artigos recuperados em apenas 02 dos 07 periódicos, conforme demonstra o quadro 02, e que compõem o *corpus* da pesquisa:

Quadro 02- Artigos recuperados nos periódicos

PERIÓDICOS	ARTIGOS RECUPERADOS
	PIAZZA, W. F. Arquivos catarinenses: uma reavaliação. <i>Ágora</i> , Florianópolis, v. 1, n. 2, p. 3-6, 1985. PIAZZA, W. F. Os arquivos dos açores e a história catarinense. <i>Ágora</i> , Florianópolis, v. 2, n. 3, p.3-9, 1986. GHANEM, V. G. Importância da documentação privada. <i>Ágora</i> , Florianópolis, v. 4, n. 7, p. 8-12, 1988. MEIER, B. R. Paróquia Evangélica de Santa Isabel: os

<p>Ágora</p>	<p>primeiros pastores e os livros eclesiásticos mais antigos. Ágora, Florianópolis, v. 4, n. 8, p. 13-17, 1988.</p> <p>MEIER, B. R. Duas descobertas de documentos primários do século passado: a respeito de várias colônias alemãs hoje meio esquecidas como “Santa Isabel”, “Piedade”, “São Pedro de Alcântara” e “Teresópolis”. Ágora, Florianópolis, v. 6, n. 12, p.21-26, 1990.</p> <p>CARMINATI, F. L. L. Gênese e expansão da educação na província de Santa Catarina: um estudo do surgimento e desenvolvimento do magistério público de 1835-1889 (1). Ágora, Florianópolis, v. 13, n. 27, p.27-41, 1998.</p> <p>OHIRA, M. L. B. et al. Arquivos públicos municipais catarinenses: instrumentos de exercício da cidadania. Ágora, Florianópolis, v. 15, n. 31, p.10-20, 2000.</p> <p>ARAÚJO, N. C.; GOMES, S. M. A memória institucional e a produção científica do arquivista no cenário nacional. Ágora, Florianópolis, v. 21, n. 43, p.39-57, 2011.</p> <p>REIS, C. E. dos. A chegada e o estabelecimento da Companhia de Jesus no Brasil, Ágora, Florianópolis, v. 22, n. 44, p.109-123, 2012.</p> <p>REIS, C. E. dos. Arquivos, bibliotecas e museus: segurança e preservação do patrimônio. Ágora, Florianópolis, v. 22, n. 45, p.5-14, 2012.</p> <p>ALBUQUERQUE, A. C. de; SOUTO, D. V. B. Acerca do princípio da proveniência: apontamentos conceituais. Ágora, Florianópolis, v. 23, n. 46, p.14-43, 2013.</p> <p>REIS, C. E. dos. V congresso nacional de arquivologia e o VII encontro nacional de paleografia e diplomática: uma entrevista com o professor João Eurípedes Franklin Leal. Ágora, Florianópolis, v. 23, n. 46, p.5-14, 2013.</p> <p>PADILHA, D. de M.; RODRIGUES, R. S. A temática arquivística: estudo das publicações nos periódicos da ciência da informação. Ágora, Florianópolis, v. 24, n. 49, p.25-56, 2014.</p>
--------------	--

	GOMES, I. R.; COSTA, L. F. da.; ARAÚJO, P. M. R. A paleografia no arquivo distrital de Évora, Portugal: relato de experiência. Ágora , Florianópolis, v. 25, n. 51, p.183-208, 2015.
	REIS, C. E. dos. Arquivo histórico municipal de Florianópolis: 21 anos. Ágora , Florianópolis, v. 25, n. 51, p.05-28, 2015.
Informação Arquivística	ASSIS, J. M. F. Imaginação classificatória e cultural documental. Informação Arquivística , Rio de Janeiro, RJ, v. 1, n. 1, p.27-47, jul./dez. 2012.

Fonte: Elaborado pelos autores (2016).

4 ANÁLISE DE DADOS

Em um primeiro momento, verificamos que nenhum artigo foi recuperado por título ou resumo, o que pode demonstrar que o tema dos arquivos/documentos eclesiásticos não era central em nenhum dos trabalhos, uma vez que a atribuição de termos nessas áreas específicas de um artigo é um importante instrumento de representação da informação contida nos documentos.

Os termos foram recuperados apenas nos textos que utilizavam os documentos eclesiásticos como fonte de estudo para as pesquisas, ou seja, nenhum artigo tratou teórica ou epistemologicamente o tema dos arquivos/documentos eclesiásticos, o que demonstra, destarte, uma carência de pesquisas nesta direção.

Dentre os 07 periódicos analisados, apenas 02 trazem artigos relacionados aos temas pesquisados, sendo que, o periódico *Ágora*, do Arquivo Público do Estado de Santa Catarina, possui 15 artigos publicados entre 1985 e 2015, um número bem expressivo em comparação com os demais. O periódico *Informação Arquivística*, da Associação dos Arquivistas do Rio de Janeiro, é o segundo com apenas 01 artigo.

A fim de verificarmos qual o autor mais produtivo na temática, no âmbito da Arquivística brasileira neste universo

selecionado dos periódicos, após recuperarmos os 16 artigos, realizamos um corte de 02 artigos ou mais publicados pelos autores, destacados no quadro seguir:

Quadro 03 - Autores mais produtivos na temática no universo dos periódicos brasileiros de Arquivologia.

AUTOR	TÍTULO	PERIÓDICO	ANO
PIAZZA, Walter Fernando	Arquivos catarinenses: uma reavaliação.	Ágora	1985
PIAZZA, Walter Fernando	Os arquivos dos açores e a história catarinense.	Ágora	1986
MEIER, Beat Richard	Paróquia evangélica de Santa Isabel: os primeiros pastores e os livros eclesiásticos mais antigos.	Ágora	1988
MEIER, Beat Richard	Duas descobertas de documentos primários do século passado: a respeito de várias colônias alemãs hoje meio esquecidas como "Santa Isabel", "Piedade", "São Pedro de Alcântara" e "Teresópolis".	Ágora	1990
REIS, Carlos Eduardo dos	A chegada e o estabelecimento da Companhia de Jesus no Brasil	Ágora	2012
REIS, Carlos Eduardo dos	Arquivos, bibliotecas e museus: segurança e preservação do patrimônio.	Ágora	2012
REIS, Carlos Eduardo dos	O arquivo histórico municipal de Florianópolis: 21 anos.	Ágora	2015

Fonte: Elaborado pelos autores (2016).

A partir do corte realizado, chegamos ao número de 03 autores, com 07 artigos recuperados no total, sendo Reis o mais produtivo, com 03 artigos publicados, seguido por Piazza e Meier, ambos com 02 artigos publicados.

Apesar de Reis ser o autor mais "produtivo" na temática nesse contexto específico, sua obra não trata especificamente dos arquivos eclesiásticos. Seus 03 artigos recuperados evidenciam uma preocupação mais ligada à História do que à Arquivologia, na medida em que seus trabalhos tratam, respectivamente, da evangelização pela Companhia de Jesus no momento da colonização, da segurança e preservação do patrimônio histórico e de uma entrevista com o Diretor do Arquivo Histórico Municipal de Florianópolis.

Após a identificação dos autores mais produtivos (aqueles com 02 ou mais artigos publicados nas revistas analisadas), partimos para a verificação dos autores/obras mais citados por eles, com o objetivo de conhecer as referências teóricas que subsidiam os trabalhos sobre arquivos eclesiásticos nesse contexto específico. Para tanto, realizamos um estudo de citação a partir dos 07 artigos recuperados, com um corte de 02 ou mais trabalhos por autor, analisando as frequências de citações quer sejam de autores ou documentos. Os dados são apresentados no quadro a seguir:

Quadro 04 - Autores e obras mais citados.

AUTOR	TÍTULO DA OBRA	TIPOLOGIA	ANO
DOCUMENTOS HISTÓRICOS	Mandados, provisões, doações, 1551/1625.	Documento	1929
	Patentes, 1677/1678.	Documento	1929
	Provimentos seculares e eclesiástico, 1549/1559.	Documento	1937
	Provimentos seculares e eclesiástico, 1559/1577.	Documento	1937
PIAZZA, W. F.	A colonização de Santa Catarina. Florianópolis.	Artigo	1982
	Fontes para a história de Santa Catarina: análise e perspectiva.	Anais	1979

	Os Arquivos brasileiros: a situação em Santa Catarina.	Reunião	1975
	O Arquivo Público do Estado de Santa Catarina: fundos referentes ao Poder Legislativo Estadual.	Anais	1984
UNESCO	Convenção Relativa às medidas a serem adotadas para proibir e impedir a importação, exportação e transferência de propriedades ilícitas dos bens culturais.	Documento	1970
	Convenção para a proteção do patrimônio mundial, cultural e natural.	Documento	1972
	Convenção para a salvaguarda do patrimônio cultural imaterial.	Documento	2003
FLOS, M.-H.	Unsere Väter: nossos pais.	Artigo	1961
	Verzeichnis der von Pastor H. Sandreczki Während seiner interimistischen Stellung auf den Kolonien Santa Isabel und Theresópolis vollzogenen Taufen, Ehen und Begräbnissen, vom Monat Juni bis Dezember 1864	Documento	1963
LEITE, S.	Cartas do Brasil e mais escritos do P. Manoel da Nóbrega.	Carta	1938
	Os Governadores Gerais do Brasil e os jesuítas no século XVI.	Anais	2000

Fonte: Elaborado pelos autores (2016).

Dos autores mais citados nas referências bibliográficas, destacam-se, aqui, os nomes de Piazza com 04 citações (incluindo autocitações), seguido por Flos e Leite, ambos com 02 citações cada. É importante destacar que, uma das fontes mais citadas são os documentos históricos pesquisados na Biblioteca Nacional (com 04 citações) e as Convenções sobre o patrimônio documental redigidas pela UNESCO, o que nos leva a constatar que, com exceção das obras publicadas pela UNESCO sobre patrimônio documental, não há nenhuma obra da Arquivística referenciando estes trabalhos, demonstrando que o estudo dos arquivos/documentos eclesiásticos ainda está limitado às pesquisas históricas, que utilizam o material de arquivo como fundamentação e/ou objeto de estudo.

Nesse contexto, podemos dizer que a Arquivística brasileira não incorporou, ainda, as discussões sobre os arquivos desta natureza no âmbito de seus estudos teóricos e epistemológicos, pelo menos não nos periódicos científicos.

5 RESULTADOS

Buscamos, com este trabalho, verificar como a literatura científica da Arquivística brasileira aborda o tema dos arquivos/documentos eclesiásticos. A partir dos resultados alcançados, foi possível perceber, que esse tipo de arquivo e seus documentos recebem pouca atenção da comunidade científica da Arquivística no país, demonstrando que a discussão sobre esses estudos no âmbito arquivístico caminha a passos curtos, visto que, ainda poucos se atentaram para a importância desses arquivos para a constituição teórica e epistemológica da Arquivística brasileira.

Observamos, também, que o uso deste tipo de arquivo ainda está fortemente ligado aos estudos históricos, o que nos faz acreditar que, em uma futura pesquisa, talvez possamos encontrar mais fontes nos periódicos de História que discutam o tema dos arquivos eclesiásticos.

Podemos elencar, ainda, a falta de obras teóricas tanto para o estudo dos arquivos eclesiásticos como para a análise de sua documentação no âmbito da Arquivística brasileira.

É importante esclarecer que a pesquisa teve como foco a literatura científica da Arquivística, excluindo, portanto, aquela ligada à Ciência da Informação, à Biblioteconomia e Documentação, e à História. Isso explica o motivo pelo qual o autor Cristian Oliveira Santos, referência na área dos arquivos eclesiásticos no país, não aparece entre os mais citados. Embora sua publicação seja extensa na área, o autor não aparece como o mais produtivo ou citado pelos autores que publicam em periódicos exclusivamente arquivísticos.

Há, portanto, a necessidade de maiores estudos voltados ao tema dos arquivos/documentos eclesiásticos no âmbito da produção científica da Arquivística brasileira, notadamente em periódicos específicos.

REFERÊNCIAS

ABREU, J.P.L. de. A Igreja e seus arquivos: história e normas, até 1983. In: ROSA, M.L.; FONTES, P.O.F (Org.). **Arquivística e arquivos religiosos**: contributos para uma reflexão. Lisboa: Universidade Católica Portuguesa, 2000a, p.127-162.

ABREU, J.P.L. de. Arquivos eclesiásticos: orientações e normas. **Theologica**, Palmas de Cima, PT, v. 1, n. 35, p. 201-225, 2000b.

SILVA, A.A.G.; BORGES, J. Arquivos Secretos eclesiásticos em Salvador. **Informação e Informação**, Londrina, v. 14, n. 2, p.38-61, 2009.

BELLOTTO, H. L. **Arquivos permanentes**: tratamento documental. 4. ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006.

BRASIL. Lei n. 8.159, de 8 de janeiro de 1991. Dispõe sobre a Política Nacional de Arquivos Públicos e Privados e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, v. 139, n. 6, p. 455. 9 jan. 1991.

IGREJA CATÓLICA. **Código de Direito Canônico**. Promulgado pelo Papa João Paulo II. 2. ed. Lisboa: Conferência Episcopal Portuguesa, 1983. 371p.

MARCHISANO, F. El archivo, el archivero y la archivística eclesiástica. In: ROSA, M.L.; FONTES, P.O.F (Org.). **Arquivística e arquivos religiosos**: contributos para uma reflexão. Lisboa: Universidade Católica Portuguesa, 2000, p. 99-115.

RUBIO MERINO, P. La Iglesia: documentos y archivos. In: ARTOLA, M (Org.). **Enciclopedia de Historia de Espanha**. Madrid: Alianza Ed., 1993, p. 149-150.

SANTOS, C. J. O. **Os arquivos das primeiras prelazias e dioceses brasileiras no contexto da legislação e práticas arquivísticas da Igreja Católica**, 2005. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação e Documentação) – Faculdade de Economia, Administração, Contabilidade e Ciência da Informação e Documentação, Universidade de Brasília, Brasília, 2005.

SANTOS, C. J. O. **Arquétipos da memória religiosa e gestão arquivística: uma análise comparada dos arquivos eclesiásticos nos códigos de direito canônico de 1917 e de 1983**. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE ARQUIVOLOGIA, 15. 2008, Goiânia: Associação dos Arquivistas Brasileiros, 2008, p.1-25
Disponível em:
<http://www.aag.org.br/anaisxvcba/conteudo/resumos/comunicacoes_livres/crsitian.pdf>. Acesso em: 15 de ago. 2015.

TOGNOLI, N.B. **A construção teórica da Diplomática:** em busca de uma sistematização de seus marcos teóricos como subsídio aos estudos arquivísticos. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2014.

VANZ, S.A.S; CAREGNATO, S.E. Estudos de citação: uma ferramenta para entender a comunicação científica. **Em Questão**, v.9, n. 2, p. 295-307, 2003.

WACHÉ, B. Archives religieuses et recherche historique. In: ROSA, M.L.; FONTES, P.O.F (Org.). **Arquivística e arquivos religiosos:** contributos para uma reflexão. Lisboa: Universidade Católica Portuguesa, 2000, p. 09-52.

**THE ECCLESIASTICAL ARCHIVES AND BRAZILIAN ARCHIVAL
SCIENCE: AN ANALYSIS OF PAPERS PUBLISHED IN BRAZILIAN
ARCHIVAL SCIENCE JOURNALS**

Abstract: *The ecclesiastical archives are made of a valuable and huge collection of documents recording facts and events that go beyond the interest of the Church as a record producer permeating also the interests of society. Due to its great social value the documents produced by the Catholic Church, though private, have also a public interest. Despite the importance of these archives to society we noted a lack of references within the Brazilian Archival Science scientific literature about the theme. In this way, the paper aims to verify how the Brazilian literature approaches the ecclesiastical archives. For this purpose we developed an exploratory theoretical and documental research in 07 Brazilian Archival Science journals: Acervo, Arquivo & Administração; Agora; Informação Arquivística; Cenário Arquivístico; Archeion online e; Acesso Livre, searching in title, abstract and keywords the occurrence of the following terms: arquivos eclesiásticos, arquivos eclesiais, documentos eclesiásticos e documentos eclesiais. After the data collection it was possible to achieve 16 articles which analysis enable us to identify the most productive authors in this theme in Brazil. As a result we realized that this theme is poorly studied by the Brazilian Archival Science scientific community.*

Keywords: *Archival Science. Ecclesiastical Archives. Ecclesiastical Records. Scientific Journals.*

Originais recebidos em: 20/07/2017

Aceito para publicação em: 11/04/2017

Publicado em: 30/06/2017